

LEI Nº.1.519/2025, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENTA: Estima a RECEITA e
fixa a DESPESA do Município
para o exercício de 2026.

CAPÍTULO I

Seção Única

Da Abrangência

Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2026 no montante de R\$ 140.000.000,00 (Cento e quarenta milhões de reais) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I - o orçamento fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;

II - o orçamento da seguridade social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente

Art. 2º A receita orçamentária total é estimada em R\$ 140.000.000,00 (Cento e quarenta milhões de reais) e desdobrada da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 119.469.000,00 (Cento e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 20.531.000,00 (Vinte milhões, quinhentos e trinta e um mil reais), onde:

a) R\$ 18.530.000,00 (Dezoito milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais) compreende receitas de saúde;

b) R\$ 2.001.000,00 (Dois milhões, um mil reais) compreende receitas de assistência social;

Art. 3º As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo 01.

Art. 4º As Receitas estimadas no orçamento serão arrecadadas na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo 02.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 5º A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita, discriminada por Função, Poderes e Órgãos, em R\$ 140.000.000,00 (Cento e quarenta milhões de reais); e desdobrada nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias da seguinte forma:



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente

I - Orçamento Fiscal: R\$ 96.652.000,00 (Noventa e seis milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 43.348.000,00 (Quarenta e três milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), onde:

a) R\$ 35.537.000,00 (Trinta e cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil reais) compreende receitas de saúde;

b) R\$ 7.811.000,00 (Seis milhões, setecentos e setenta mil reais) compreende receitas de assistência social;

Parágrafo Único. Do Montante das despesas fixadas nas alíneas "a" e "b", do inciso II deste artigo, R\$ 22.817.000,00 (Vinte e dois milhões, oitocentos e dezessete mil reais) serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Órgãos

Art. 6º A Despesa Total, fixada por Funções, Subfunções, Projetos, Atividades e Operações Especiais dos Poderes e Órgãos, está discriminada nos Anexos 06 a 09 desta Lei, consoante disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e regulamentações específicas.

Art. 7º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa.

Seção IV

Da Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar

ART. 8º FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A PROCEDER, MEDIANTE DECRETO, À ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS, UTILIZANDO-SE DOS RECURSOS PREVISTOS NO ART. 43 DA LEI FEDERAL Nº4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, OBSERVADAS AS SEGUINTE CONDÇÕES:

I - PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES, À CONTA DE RECURSOS PROVENIENTES DE ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES, EM ATÉ QUINZE POR CENTO DA DESPESA FIXADA, PARA SUPRIR INSUFICIÊNCIA DE DOTAÇÕES;

II - PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES À CONTA DE RECURSOS PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO OU SUPERÁVIT FINANCEIRO, ATÉ O LIMITE APURADO, INDIVIDUALIZADO POR FONTE DE RECURSOS, OBSERVADA A VINCULAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000;

III - PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES ESTADUAIS OU FEDERAIS, ATÉ O LIMITE DOS RECURSOS TRANSFERIDOS;

IV - para a transposição de dotações orçamentárias entre distintos programas de trabalho, desde que pertencentes ao mesmo órgão ou unidade orçamentária, inclusive quando decorrente de reorganização administrativa ou alteração de estrutura organizacional. Tal transposição estará condicionada ao limite percentual fixado nesta Lei para a abertura de créditos adicionais suplementares, devendo ser financiada mediante anulação total ou parcial de outras dotações. O limite previsto neste artigo será apurado de forma isolada, para fins de controle e execução orçamentária.

V- Para efeito da execução orçamentária, a inclusão dos elementos em cada grupo de despesa das atividades, projetos e operações especiais, constantes da presente Lei e de créditos adicionais, serão efetuados mediante registro contábil diretamente no sistema informatizado de execução financeira do orçamento, independentemente de formalização legal específica.

Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente

VI - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos das unidades administrativas e gestoras, na forma de crédito especial.

Seção V

Da Autorização para Realizar Operações de Crédito

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como, a execução de programas de habitação, saneamento e outros investimentos públicos, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal, disposições da legislação pertinente e compatibilidade com programas federais.

CAPÍTULO III

Seção Única

Das Disposições Gerais

Art.10. A utilização de dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos legais.

Art.11. Na fixação dos valores das dotações para pessoal, foram consideradas projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 12º O limite autorizado no art. 8º desconsidera-se quando o crédito se destinar a:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento do serviço da dívida;

Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente

III - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único

de Saúde, do Sistema Municipal de Ensino e da Assistência Social;

IV - transferências de fundos ao Poder Legislativo;

V - despesas vinculadas a convênios e emendas, bem como sua contrapartida.

Ar.12-A – Fica determinado nesta Lei Orçamentária Anual, à obrigatoriedade do Prefeito Municipal de apresentar extrato competente anexo, da execução orçamentária discriminado às receitas e Despesas orçamentárias pertinentes ao projeto contendo pedido pertinente de suplementação orçamentária a ser enviado ao Poder Legislativo Municipal, na forma legal prevista.

Art.12-B – Fica determinado nesta Lei Orçamentária Anual, à obrigatoriedade de inclusão das Emendas Impositivas de Nº 01 a 22/2025, ao projeto supracitado, contendo às Propostas Parlamentares Impositivas pertinentes à presente Lei Orçamentária Anual.

Art. 13. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2025.

WASHINGTON

ANGELO DE

ARAUJO:13763350420

Assinado de forma digital por

WASHINGTON ANGELO DE

ARAUJO:13763350420

Data: 2025.12.08 20:42:47 -03'00'

Washington Ângelo de Araújo

Prefeito

Publicado conforme artigo 88 da LOM, em 08.12.2025

Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente

PREFEITURA DE
TACARATU
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL